



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

OSCAR ALVES DE SIQUEIRA NETO

ECONOMIA SOLIDÁRIA – UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO?

São Paulo - SP

2019

OSCAR ALVES DE SIQUEIRA NETO

ECONOMIA SOLIDÁRIA – UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO?

Trabalho de conclusão
apresentado ao Curso de graduação
em Ciências Econômicas, da
Universidade do Sul de Santa
Catarina, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. João Antolino Monteiro.

São Paulo – SP.

2019

RESUMO

A globalização interfere no mercado de trabalho e em suas relações, sendo que o atual modelo de organização de trabalho está sendo pautado no fim da segurança, na substituição do trabalho integral pelo contingencial, e no crescimento das ocupações por conta própria. Assim como também é responsável por alterar a qualificação da força de trabalho, exigindo que esta seja polivalente ocasionando, entretanto, precarização de uma parcela expressiva da população, gerando crescimento da pobreza e da exclusão social. Essa nova realidade, atrelada ao fato de o Estado ter passado a intervir o mínimo possível na economia e, em nível micro, a estimular contratos de trabalho mais flexíveis para os empresários e mais precarizados para os trabalhadores. Diante dessas medidas, uma das saídas encontradas pelo trabalhador foi o crescimento da economia informal e dos movimentos de resistência como alternativa ao processo excludente que se consolidou. Surgem assim as Economias Solidárias no Brasil, conhecidas também como Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), que são arranjos organizacionais calcados nos princípios de autogestão, de democracia e de participação igualitária de todos os seus membros. Frente ao exposto é que este trabalho objetiva verificar como a economia solidária pode ser uma alternativa ao problema do desemprego, mais especificamente no sentido de recolocação no mercado de trabalho, assim como para a própria economia liberal. E as principais questões são: a Economia Solidária é uma alternativa de (re)inserção social e de não precarização do trabalhador? As iniciativas solidárias surgem como respostas alternativas à falência dos Estados Sociais e ao descompromisso crescente dos mercados? A metodologia utilizada primeiramente fora a qualitativa, através de revisão bibliográfica de material publicado sobre o tema nos últimos nove anos, para então partir para uma análise de dados da economia solidária no país, através de relatórios publicados nos principais sites e trabalhos, e em especial através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies, 2016), a fim de analisar aspectos econômicos, humanos e comunitários desses empreendimentos Brasil a fora.

Palavras chave: Economia Solidária, desemprego, alternativa, econômica, social, autogestão, democracia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
1.1 Exposição do Tema e Problema.....	05
1.2.1 Objetivo Geral	07
1.2.2 Objetivos Específicos	07
1.3 Justificativa.....	08
1.4 Procedimentos Metodológicos	09
1.4.1 Coleta de Dados	09
1.4.2 Discussão dos Resultados	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 Escorço Histórico.....	11
2.2 Do Conceito e Funcionamento da Economia Solidária como Oportunidade de Sobrevivência	14
2.3 O Espaço da Economia Solidária.....	18
2.4 Dos Prós e Contras	22
2.5 Limites.....	23
2.6 Economia Solidária – Uma Alternativa ao Desemprego e/ou ao Próprio Capitalismo?.....	23
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

A busca por alternativas frente ao desemprego constante na história política e socioeconômica do capitalismo, assim como a procura por inclusão social, predispuseram a criação de organizações coletivas de trabalho.

Desta forma é a economia solidária que se constitui como um importante instrumento de inovação e resposta frente às necessidades materiais e de luta contra processos de exclusão social e econômica.

1.1 Exposição do Tema e Problema

Transformações a nível macro, ou seja, na sociedade, na política e na economia mundial, afetaram o Brasil na década de 1980, nas mais diversas maneiras. Esse processo, que pode ser denominado, na esfera econômica, de internacionalização de capitais e, na esfera social, de fragmentação cultural tem, cada vez mais, reunido forças econômicas e culturais em blocos fechados, excluindo aqueles que não podem participar desses processos.

Atrelados a isso ter-se-á outro marco importante: a abertura comercial e financeira do Brasil nos anos 90, que culminou com a reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o movimento de queda no desenvolvimento econômico do país, fazendo com que as empresas vendessem, produzissem e empregassem menos.

Assim, os desempregados que desempenhavam um papel estabilizador da economia, do início do século XXI, desequilibram cada vez mais e criam pressões sociais insustentáveis (formas de violências cada vez mais organizadas).

O desemprego estrutural ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização, em geral, não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho. Também porque falta criação de novos postos de trabalho a partir de um desenvolvimento econômico e qualificação profissional das pessoas que não tiveram condições de acesso, historicamente, à educação formal existente. Segundo Singer (2003, p. 23):

O desemprego estrutural, causado pela globalização (internacional do capital), é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

Entretanto, a abertura da economia e a modernização do aparelho produtivo geraram ganhos de produtividade para o país. Junto a isso, uma queda brusca da inflação, a partir de 1995, rebaixou as margens de lucro das empresas, criando um movimento de desverticalização com a terceirização de diversas atividades industriais. Isso também pode ser somado às outras implicações para o nível de emprego existente na economia brasileira, a qual entrou em uma fase de redução contínua.

É relevante compreender essa lógica da empresa capitalista implantada nas últimas décadas do século XXI como uma das causas da exclusão social e desigualdade econômica que ocorre no Brasil.

Outrossim, verifica-se como umas das principais consequências é a de que o Estado, desde então, tem passado a intervir o mínimo possível na economia e, em nível micro, a estimular contratos de trabalho mais flexíveis para os empresários e mais precarizados para os trabalhadores. Diante dessas medidas, uma das saídas encontradas pelo trabalhador foi o crescimento da economia informal e dos movimentos de resistência como alternativa ao processo excludente que se consolidou.

Surgem assim os Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), que são arranjos organizacionais calcados nos princípios de autogestão, de democracia e de participação igualitária de todos os seus membros. Entre esses empreendimentos estão as cooperativas, as empresas autogestoras, os assentamentos de reforma agrária, as associações, entre outros, cuja lógica organizacional baseia-se na perspectiva da solidariedade na cooperação e na autogestão.

Em princípio pode parecer bastante contraditório o termo Economia Solidária, já que soma conceitos de solidariedade com o de economia. Dentro da lógica capitalista hegemônica, o termo é incoerente porque vai contra os

seus princípios de lucratividade e de acúmulo do capital. Por outro lado, uma economia solidária possui uma lógica baseada na cooperação, na solidariedade, na integração e na inserção social; busca também sobreviver através de seus excedentes econômicos e da sua acumulação de capital. Outro diferencial é que a tomada de decisão deve ser sempre coletiva e não individualista ou de poucos, como na lógica capitalista.

Frente ao até aqui exposto é que este trabalho pretende responder as seguintes questões problema: a Economia Solidária é uma alternativa de (re)inserção social e de não precarização do trabalhador? As iniciativas solidárias surgem como respostas alternativas à falência dos Estados Sociais e ao descompromisso crescente dos mercados?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar como a economia solidária pode ser uma alternativa ao problema do desemprego, mais especificamente no sentido de recolocação no mercado de trabalho, assim como para a própria economia liberal¹.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Trazer uma breve análise histórica econômica do país a fim de compreender como surgiu a economia solidária;
- Analisar como a economia solidária funciona na prática;
- Verificar os aspectos positivos e negativos dessa modalidade;
- Compreender as oportunidades e limites que tais empreendimentos enfrentam;
- Apresentar um relatório de mapeamento mais atual dessa economia, a fim de analisar sua quantidade, distribuição regional, organização social e econômica, enfim, suas

¹ Economia liberal - economia capitalista de mercado.

principais características, como alternativa ao elevado índice de desemprego que assola o país na atualidade.

1.3 Justificativa

A globalização interfere no mercado de trabalho e em suas relações, sendo que o atual modelo de organização de trabalho está sendo pautado no fim da segurança, na substituição do trabalho integral pelo contingencial, e no crescimento das ocupações por conta própria (AMARO, 2009).

Ela, por meio do acirramento da concorrência intercapitalista e da intensa inovação tecnológica, também altera a qualificação da força de trabalho, exigindo que esta seja polivalente ocasionando, entretanto, precarização de uma parcela expressiva da população, gerando crescimento da pobreza e da exclusão social.

Frente ao exposto, tem-se que no início do século XXI, o Brasil ainda se encontrava imerso em características alarmantes para a população carente, com elevado índice de pobreza e exclusão social, econômica e política, sendo que a renda permanecia concentrada com a parte abastada da sociedade, fazendo com que pouco mais de 30% da população vivesse em situação de miséria.

Atrelado a isso, verifica-se o elevado índice de desemprego no país, que chegava a 20% em algumas regiões, assim como demais características preocupantes, tais como: nível de analfabetismo, de mortalidade infantil, de desnutrição, de desenvolvimento da saúde e saneamento básico, de moradia, entre outros que podem compor as condições de vida de uma população.

Assim, a economia solidária passa a assumir um valor e significado renovados em face da conjuntura de recessão econômica e social que afeta o mundo em geral. E na hodiernidade o Brasil é referência mundial em economia solidária, setor que já representa 1% do PIB nacional (RBA, 2015).

Destarte, há necessidade de instituições educacionais em conjunto com os trabalhadores produzirem estudos que investiguem alternativas de inclusão, inserção e integração e desenvolvimento social da população carente. Nesse sentido, a Economia Solidária e os Empreendimentos do setor buscam alternativas organizacionais que procuram gerar trabalho e renda para parte da população, o que justifica a realização deste estudo.

1.4 Procedimento Metodológico

Este trabalho será elaborado por meio de revisão de literatura, que deuse através de pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008) pode ser definido como uma base em material já publicado sobre o tema, podendo ser material impresso como livros, revistas, jornais, ou ainda disponibilizados pela internet como no caso de teses, dissertações e anais de eventos, todos com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho.

A metodologia adotada fora em um primeiro viés, a de caráter qualitativo, que consiste em reunir, investigar e discutir as informações publicadas sobre o tema através de uma abordagem analítica, por meio de levantamento de conteúdo proveniente de livros, revistas, periódicos e demais trabalhos publicados sobre o tema.

Os critérios para inclusão e exclusão de estudo ou busca na literatura levaram em consideração as publicações que incluíam a temática “economia solidária”, publicados no período de janeiro de 2000 a abril de 2019.

No capítulo prático, a ideia foi apresentar dados da economia solidária no país, através de relatórios publicados nos principais sites e trabalhos, e em especial através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies).

1.4.1 Coleta de Dados

A etapa de coleta de dados deu-se em três momentos, a saber:

- 1) Leitura Exploratória: breve análise preliminar de todos os materiais bibliográficos localizados sobre o tema, a fim de analisar quais obras consultadas são relevantes para o trabalho;
- 2) Leitura Seletiva: leitura mais aprofundada das partes consideradas de mais relevância;
- 3) Registro das fontes extraídas.

1.4.2 Discussão dos Resultados

Tratar-se-á da etapa responsável por ordenar e sumarizar as informações coletadas, mediante leitura analítica, a fim de separar aquelas que ajudassem a responder o problema de pesquisa.

Através da etapa anterior, partiu-se a discussão dos autores escolhidos, mediante tema, objetivo e problema ora proposto.

Não se teve a pretensão de tomar como verdade absoluta as ideias e autores aqui expostos, mas sim o intento de compartilhar um estudo feito acerca de diferentes bibliografias que tiveram relação com este tema. Com isso, almejou-se colocar este trabalho a disposição para futuros estudos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Escorço Histórico

A partir da década de 1980 o Brasil vivenciou uma série de transformações, em nível macro, na sociedade, na política e na economia mundial, que afetaram o país de várias formas. Esse processo, que pode ser denominado, na esfera econômica, de internacionalização de capitais e, na esfera social, de fragmentação cultural tem, cada vez mais, reunido forças econômicas e culturais em blocos fechados, excluindo aqueles que não podem participar desses processos.

Uma das principais consequências é que o Estado tem passado a intervir o mínimo possível na economia e, em nível micro, a estimular contratos de trabalho mais flexíveis para os empresários e mais precarizados para os trabalhadores. Diante dessas medidas, uma das saídas encontradas pelo trabalhador foi o crescimento da economia informal e dos movimentos de resistência como alternativa ao processo excludente que se consolidou.

Em relação à exclusão social brasileira, uma das causas basilares parece residir na formação econômica e cultural do país: o tipo de colonização; a implantação da escravidão; as políticas de subsistência de importações e a formação de um capitalismo tardio influenciaram demasiadamente a composição do mercado de trabalho brasileiro (MONTANO, 2002).

A consequência das transformações sociais e econômicas para o Brasil foi o abalo da estrutura socioeconômica e política construída anos anteriores. Havia o eixo industrialização-Estado como atores básicos na constituição das relações internas e externas da economia nacional, cujo modelo se esgotou e o Estado diminuiu a sua intervenção na economia. Assim, o fraco crescimento do emprego industrial somou-se a uma sensível redução dos investimentos e uma estagnação da produção deste setor.

O resultado foi o aumento da precariedade dos postos de trabalhos através da flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores,

demonstrando a deterioração do mercado formal de trabalho (SINGER, apud PANDELÓ, 2010).

Baltar, Dedecca e Henrique (2006), ao abordarem a questão do mercado de trabalho no Brasil e a consequente exclusão social, afirmam que um dos principais determinantes da pobreza foi o padrão de geração de emprego e de renda do país, associado ao seu estilo de desenvolvimento.

Dentro dessa perspectiva, o Brasil parece ser um caso intermediário a este processo e, por isso, tem sofrido graves consequências. Ao se ajustar às políticas econômicas impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), enfrenta dificuldades para fazer investimentos sociais e, assim poder criar programas sociais voltados para a população carente.

Contudo, há uma tendência ao uso da democracia participativa com a mudança de ênfase política que o país vem passando. A democracia participativa tem como exemplo mais visível a implantação de “orçamentos participativos”, em que a população pode participar das tomadas de decisões sobre quais benefícios pode receber e suas prioridades.

As altas taxas de desemprego, a crescente insegurança, instabilidade e precariedade das novas formas de ocupação, a queda dos salários reais, a exclusão social são aspectos que rondam uma grande parte dos países. Na verdade, apenas os mercados financeiros têm exibido vitalidade, desfrutando os efeitos da desregulamentação e da centralização do capital.

Importante ainda ponderar sobre a abertura comercial e financeira do Brasil nos anos 90, que culminou com a reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o movimento de queda no desenvolvimento econômico do país, fazendo com que as empresas vendessem, produzissem e empregassem menos.

Assim, os desempregados que desempenhavam um papel estabilizador da economia, do início do século XXI, desequilibram cada vez mais e criam pressões sociais insustentáveis (formas de violências cada vez mais organizadas

Entretanto, a abertura da economia e a modernização do aparelho produtivo geraram ganhos de produtividade para o país. Junto a isso, uma queda brusca da inflação, a partir de 1995, rebaixou as margens de lucro das empresas, criando um movimento de desverticalização com a terceirização de diversas atividades industriais. Isso também pode ser somado às outras implicações para o nível de emprego existente na economia brasileira, a qual entrou em uma fase de redução contínua.

É relevante compreender essa lógica da empresa capitalista implantada nas últimas décadas do século XXI como uma das causas da exclusão social e desigualdade econômica que ocorre no Brasil.

Outro fato, não menos importante, da exclusão social brasileira é a falta de políticas sociais que o Estado deixou, cada vez mais, de implantar por perder o seu caráter interventor. Tal fato ocorre por causa da imposição da internacionalização do capital e suas políticas neoliberais que pressionam o Estado a investir menos no social. Um exemplo disso é a ênfase no discurso governamental na ajuda dos meios de comunicação de massa em prol do voluntariado, que transfere para as atividades e atitudes individuais as responsabilidades que, em primeira instância, são governamentais, como assistência médica e educação.

O que vem ocorrendo é uma tensão dinâmica entre a regulação social (regulamentações/direitos/cidadania) da acumulação do capital e a emancipação social (na busca de equidade social e desenvolvimento de autonomia política), tensão está cada vez mais presente e em desequilíbrio, podendo gerar consequências graves para o ordenamento dos países como um todo.

Entende-se por emancipação social “a apropriação coletiva, a descentralização, a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural” (CATTANI, 2003, p. 134). O conceito se baseia na responsabilidade e oportunidades iguais para que fins comuns sejam atingidos, como é o caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs).

A partir do que se expôs uma questão se faz importante: como gerar renda e trabalho? Se por um lado, o Estado, no Brasil, defende a criação de micros e pequenas empresas via o Programa Brasil Empreendedor do SEBRAE (Serviço Brasileiro de apoio a micro e pequenas empresas), porém de difícil concretização devido aos créditos serem escassos; por outro lado, formas organizacionais alternativas à lógica capitalista são motivadas – através de grupos de pesquisadores e trabalhadores excluídos – por possuírem propostas de (re)inserção social sem a deterioração das relações de trabalho que vêm ocorrendo no mercado de trabalho.

Surgem assim as Economias Solidárias no Brasil, que teve tempos de cabal processo de estruturação em 2003, frente à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho.

2.2 Do Conceito e Funcionamento da Economia Solidária como Oportunidade de Sobrevivência

Para Laville e Gaiger (2009, p. 570), as economias solidárias são “práticas econômicas de iniciativa de pessoas livremente associadas, com algumas características básicas: algum grau de socialização dos meios de produção; dispositivos de cooperação no trabalho; elementos de gestão democrática”.

Barbosa (2016, p. 31) entende a economia solidária como “modalidade de economia popular, fora do assalariamento formal, que reúne grupos associações, cooperativas ou pequenas empresas pautadas na autogestão”.

A economia solidária pode ser caracterizada como “um esforço de construção de uma alternativa à produção e de sua distribuição sob a lógica do capital”. Isto é, “no lugar dos interesses do capital, busca-se afirmar a primazia da centralidade humana, as necessidades de quem produz” (MARÉCHAL, 2000, p. 48).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2003 *apud* PANDELÓ, 2010) compreende a economia solidária como:

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. [...] vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

Outros quatro autores brasileiros são os mais discutidos dentre todas as referências bibliográficas ora estudadas, como seguem com suas devidas interpretações sobre o tema: Gaiger (2002), que percebe a economia solidária como a germinação de uma nova forma social de produção específica; Singer (2002), que entende ser a economia solidária um fenômeno econômico e a reconhece como um modo de produção; Santos (2004), que concebe a economia solidária como não capitalista; e França e Laville (2004), que reconhecem na economia solidária iniciativa econômica com objetivos sociais e de cidadania.

A partir dessas interpretações, consoante prelecionado por Barbosa (2016) emergiram três correntes de pensamento sobre a economia solidária, a saber:

- 1) A corrente política - que vê os empreendimentos solidários como aqueles que tentam suprir o problema da exclusão social, a crise do trabalho assalariado, imprimindo-os em uma ação que vai além da prática econômica e social.
- 2) A corrente econômico-ideológica - que percebe as organizações da economia solidária dentro de uma nova forma de relação de produção.

3) A corrente sociocultural- para seus afiliados, os empreendimentos que aqui se enquadram, respondem à crise dos paradigmas dominantes, difundindo valores instrumentais (individualismo, comunismo, competitividade etc.), alicerçando a busca pela constituição de organismos novos orientados por novos valores e paradigmas.

De acordo com Houtart (2001) o termo cooperativismo apresenta em seu histórico alguns fundamentos filosóficos do movimento cooperativo, sendo eles:

- Humanismo: valorização do homem pelo que ele é e não pelo que ele tem.
- Solidariedade: um por todos e todos por um.
- Justiça social: a cada um conforme a sua participação.
- Liberdade; autodeterminação do ser, inclusive para a cooperação.
- Democracia: cada pessoa um voto e decisão pela maioria.
- Participação: uma exigência da vida cooperativa. Todos são donos.
- Responsabilidade: responder pelas decisões e acompanhar a vida da cooperativa.

Neste diapasão, tem-se que a estrutura da economia solidária está alicerçada na organização coletiva de trabalho, em resposta a pobreza e desemprego que assolavam à época, em função da desregulamentada difusão das máquinas (ferramentas) e do motor a vapor (AMARO, 2009)².

Para o professor Paulo Singer (2001) a economia capitalista é pautada no individualismo e na competição, e ditas normas sociais, se levadas às últimas conseqüências, fariam como que a economia padecesse. Por isso

² Com advento de inovadoras técnicas e/ou processos produtivos modernos, aquela vaga antes ocupada por um trabalhador vê-se sobremaneira substituída por máquinas ou técnicas, ou melhor, dezenas de empregos transformam-se em um dando origem ao conhecido desemprego estrutural.

defende ser necessário algum tipo de solidariedade. Mas é nos desprovidos de capital que se verificará maior solidariedade, tendo essa camada da população que se valer de saídas para se manter economicamente ativa.

Destarte, as cooperativas apresentam como ideia basilar a igualdade e democracia, igualmente pautadas na ideologia do socialismo. Os que nela entravam buscavam recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas (AMARO, 2009).

Tratar-se-á de uma visão diferenciada da capitalista predominante, visando à criação de uma economia popular:

Baseadas na solidariedade seguidamente existentes nesses meios, nasceram iniciativas que pretendem alcançar níveis de organização econômica, social, cultural e política superiores e alternativos ao sistema capitalista neoliberal. Visam à criação de uma economia popular em que encontrariam lugar tanto trabalhadores urbanos e rurais, manuais e intelectuais, proprietários e não-proprietários, trabalhadores dependentes do capital e independentes (HOUTART 2001, p. 16).

Vivemos em um ambiente de economia capitalista, em que valores nos são embutidos e, portanto, passam a ser considerados naturais. Dentre eles merece destaque: a venda da força de trabalho a troco de um salário; que o trabalho seja superior ao que se recebe em troca; e que isso tudo não seja questionado (FERRAZ & DIAS, 2008).

Os autores ainda complementam com o aspecto “individualismo”, fator chave que impede sobremaneira que se rompa definitivamente com o capitalismo, e por isso algumas limitações passam a ser verificadas na economia solidária não deixando, no entanto, de abrir os horizontes para outras possibilidades de se produzir.

No capitalismo, a competição é uma das alavancas mestra: profissionais competindo por suas empresas, números e cargos; vendedores competindo com seus pares, tudo para alavancar seus números, posição, status e ganhos.

A falta de competitividade leva aos desprovidos de competitividade, que nada mais é do que a solidariedade. Por isso é que:

(...) um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária. Essa fase inicial da economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento. Com isso, seus limites de expansão passam a ser menos expressivos, constituindo-se como um modo de produção alternativo no Brasil (AMARO, 2009, p. 84).

A economia solidária por meio de suas empresas, surgem então como oportunidade, frente as reações das carências que o sistema dominante se nega a resolver.

2.3 O Espaço da Economia Solidária

O mercado de trabalho brasileiro, alicerçado no capitalismo, tem seus fragmentos entre o trabalho organizado e o não organizado.

Num primeiro momento, a regularização pública do mercado de trabalho ganhou força frente ao ciclo de industrialização nacional, com predomínio da expansão do emprego assalariado, especialmente formal, que fora hegemônica em relação a sua mão de obra. Essa expansão no segmento organizado de trabalho, no entanto, ocasionou segregação de uma parcela da força de trabalho que, para sobreviver, teve que encontrar alguma outra forma de ocupação e geração de renda, somente possível no âmbito dos segmentos não organizados do trabalho.

Mas, ainda assim, muitas ocupações de trabalho não formais dependem da dinâmica capitalista. Porém Amaro (2009) destaca duas categorias ocupacionais que expressavam modos de produção não capitalista: atividades mercantis simples, por não utilizarem assalariamento regular – incluindo aqui empresas familiares, trabalhadores autônomos tais como: vendedores ambulantes, cuidadores de carros, engraxates, pequenos prestadores de serviços e emprego doméstico – e as atividades pseudocapitalistas, que operam com mão-de-obra assalariada, sem apoiar-se na lógica da taxa de lucro.

Tratar-se-ão, muitas vezes, de pessoas analfabetas e com baixa ou nenhuma qualificação no mercado, que acabam se firmando em meios de produção não capitalista.

Essas pessoas, em geral grupos se encontram em situação de vulnerabilidade social, e se apresentam como associações, cooperativas ou demais, mas sempre irão se basear na ideia de solidariedade, em contrapondo ao individualismo competitivo, que nada mais é do que uma das principais características do comportamento econômico nas sociedades capitalistas (SINGER, 2014)

A economia solidária, na voz de seus empreendimentos possibilita ajudar sujeitos desnecessários ao capitalismo, mas de maneira democrática e de autogestão.

Merece destaque também o fato de o trabalho dentro da Economia Solidária estar calcado no desenvolvimento de valores e práticas emancipatórias, não só para as pessoas que estão diretamente envolvidas nos empreendimentos, mas para a sociedade como um todo. Buscam, assim, a (re)produção de uma sociedade mais justa.

A economia solidária busca, então, modificar a ideia centralizada de capital, tentando se manter como política pública, e para isso “vem se posicionando através da criação de uma série de organizações burocráticas e administrativas dentro do aparelho estatal, considerando-se as diferentes esferas da Federação”, objetivando “o acesso a uma série de recursos financeiros que hoje se encontram disponíveis somente para empreendimentos na perspectiva capitalista” (PEREIRA, 2008, p. 18).

Conquanto as formas de economia solidária presentes no país, merece destaque:

*** As Cooperativas**

As cooperativas são a forma mais comum de Economia Solidária. Elas, de acordo com Haddad (2005, p.27), são “um empreendimento que não visam lucro, mas emancipar o indivíduo das atuais relações sociais”.

Santos (2004) destaca as principais características das cooperativas: controle democrático, um sócio, um voto; adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos; juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito; distribuição de parte do excedente proporcional às compras; vendas à vista, sem crediário; venda só de produtos puros, não adulterados; neutralidade política e religiosa.

*** Os Clubes de Troca**

Este tipo de Economia Solidária caracteriza-se pela troca de produtor e serviços que ocorre entre seus associados, em meios a normas éticas e ecológicas de autoajuda (CASTRO, *et al*, 2003).

O clube de trocas nasceu em 1998 na cidade de São Paulo, com meio de alternativa econômica visando com que as pessoas envolvidas tivessem uma melhor qualidade de vida, ou seja, para que pessoas com pouca renda possam consumir o que necessitam.

*** Os LETS (Local Employment and Trading System – Sistema Local de Emprego e Comércio).**

Os LETS foram criados no início dos anos 1980 no Canadá, e consistem em um sistema semelhante com os Clubes de Trocas, mas “é um sistema que congrega produtores em nível local, para intercambiarem seus produtos mediante crédito mútuo” (SINGER, 2000, p. 132).

Ao contrário das trocas, neste sistema não são realizadas feiras, o que existe são listagens publicadas periodicamente nas quais constam os produtos que os associados oferecem e os que eles demandam. Com isso, todos os associados têm acesso a informação em relação aos produtos disponíveis dentro das LETS.

Singer (2000, p. 132) ao explicar este tipo de Economia Solidária, assim preleciona: “cada transação dá lugar a um crédito na conta do vendedor e um débito para o comprador. Na medida em que os associados intensificam seu intercâmbio, novos débitos e créditos se somam aos anteriores e ao mesmo tempo se compensam”.

- **Empresas autogestionárias**

Essas empresas são formadas através de iniciativas em que trabalhadores se associam e montam uma empresa na qual não terão a figura de um patrão, mas todos são responsáveis pelo bom andamento do negócio.

Outro tipo de empresa autogestionária é aquele que trabalhadores assumem uma empresa em situação falimentar ou pré-falimentar na qual eram colaboradores/empregados. E, para que consigam lograr melhor êxito, dependem da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) e do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), além de apoio sindical, já que além de manterem seus empregos, estes trabalhadores precisam se habituar também a formas de gestão do negócio.

E, por fim, porém, não menos importante, o destaque dado a Laville (2009, p. 148) que em seu estudo concluiu que a Economia Solidária brasileira “não se resume, segundo nossa leitura, a algumas formas de cooperativismo. Ela absorve um certo número de iniciativas sob a forma associativa, assim como alguns casos de ONGs e fundações”. Ainda de acordo com o autor, sindicatos e associações, assim como condomínios são considerados por alguns autores como formas de Economia Solidária.

- **Grupos Produtivos Informais**

As iniciativas de economia solidárias anteriormente citadas estão incluídas no universo do trabalho informal, que dentre tantos termos, adotar-se-á aqui aqueles trabalhadores sem carteira assinada, e por consequência, à margem da legislação trabalhista vigente no país de atuação desta.

Ainda que não legalizados juridicamente, possuem normas internas de cooperativismo e associativismo, se tratando de grupos produtivos de grande atuação no Brasil, seja a nível local, estadual ou nacional. Um exemplo é a comunidade do Dendê que atua em Fortaleza/CE, formado desde 2000 por mulheres em sua maior composição, que produzem em suas casas – artesanato, confecção, medicamentos caseiros e alimentação (comidas típicas) – e comercializam nas feiras solidárias e na loja do próprio grupo (BARBOSA, 2016).

2.4 Dos Prós e Contras

É certo que esse tipo de empreendimento proposto pela economia solidária não deve ser tratado como a solução para todos os problemas da classe trabalhadora.

Os trabalhos publicados por Singer (2015), Amaro (2009) e Barbosa (2016) concluíram que a economia solidária é viável, vez que proporciona maior qualidade de vida aos associados, além de romper com uma lógica de exploração do trabalhador, se tratando de outra lógica de relação social e econômica.

Outro aspecto que merece destaque está no fato de esses empreendimentos compartilharem com os participantes todos os resultados econômicos, políticos e culturais adquiridos, sem distinção de gênero, idade e raça. Portanto, contradiz a lógica capitalista, quando também se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais, e passa a considerar o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Enfim, todos os especialistas teóricos estudados para a elaboração deste trabalho se declaram unânimes em apontar que tratar-se-á de uma alternativa de geração de trabalho e renda, em especial quando o país se encontra ainda em elevada taxa de desemprego.

Todavia, assim como todos os demais negócios, a economia solidária possui pontos favoráveis e contrários, sendo um dos principais problemas o fato de o negócio depender das pessoas associadas: se está envolvido irá se

envolver com problema jurídico, econômico ou de corrupção (BARBOSA, 2016).

Os prós em destaque são: a geração de riqueza, melhoria da qualidade de vida, o consumo consciente e a promoção da justiça social dos envolvidos (BARBOSA, 2016).

Portanto as cooperativas, através de sua visão de economia solidária são, na atualidade e junto às camadas sociais de menor renda, importante meio de inserção social e econômica, assim como saída para a exclusão social (SINGER & SOUZA, 2000).

2.5 Limites

Esse tipo de economia enfrenta alguns limites. Merece destaque a falta de políticas públicas voltadas para esses tipos de empreendimentos, que poderiam agregar mais conhecimento administrativo aos seus cooperados, assim como agregar facilidades e incentivos públicos. Porém, Amaro (2009) é enfático ao afirmar que ditas políticas deveriam ser estaduais e não governamentais, para que realmente se perpetuassem.

Com isso, poderia se ver promovida a qualificação e credenciamento das associações, assim como o controle e distribuição de mais ferramentas aos empreendedores, associações e usuários.

2.5 Economia Solidária – Uma Alternativa ao Desemprego e/ou ao Próprio Capitalismo?

O desemprego no Brasil possui caráter estrutural e desigual de gênero, raça e nível de escolaridade. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2018) apontou que o índice de desemprego no país em 2017 fora de 11,8%, tendo subido 13,1% no primeiro trimestre de 2018. Todavia, a taxa é maior para mulheres, jovens e pessoas com baixa escolaridade.

O índice de desemprego entre as mulheres ao final de 2017 fora de 13,4%, sendo que para os homens 10,5%. Destarte, havia 6,07 milhões de homens desocupados, contra 6,24 milhões de mulheres nesse mesmo período.

A falta ou baixa escolaridade é outro agravante: para os que tinham ensino médio a taxa de desemprego fora de 20%, contra 6,2% para os profissionais com curso superior (PNAD, 2017).

A pesquisa ainda concluiu que não houve uma mudança histórica, já que a população mais afetada pela falta de oportunidade no mercado de trabalho permanece entre as mulheres, os mais jovens – em geral pela falta de experiência – e os pretos e pardos (PNAD, 2017).

Essa falta de absorção da massa da população pelo sistema capitalista, pelos motivos supracitados, é que fazem surgir à reinvenção do ideário cooperativista de autogestão.

Para Singer (2014) essa radical transformação do viés capitalista tornou-se:

- a) uma via de sobrevivência para muitas pessoas que já estavam à margem do sistema produtivo capitalista (como por exemplo no segmento dos trabalhadores da coleta seletiva e reciclagem ou assentados rurais do programa de Reforma Agrária);
- b) um campo de formação de uma nova cultura, em que os participantes por livre adesão, rompem com a hegemonia individualista norteadora dos dias atuais, em que ocorre a adesão ao processo sócio educativo oriundo da vida coletiva, da participação nas assembleias ou mesmo do contato com os profissionais (administradores, agrônomos, assistentes sociais, contadores, sociólogos, pedagogos, profissionais da saúde ...) que atuam nas políticas públicas de fomento e assessoria dos experimentos de economia solidária;
- c) um micro-espço de formulação de uma contra-hegemonia capitalista, que poderá vir-a-ser significativos para a instalação de um outro projeto societário, em que as relações sociais produtivas estejam subordinadas às demandas sociais e ambientais e não ao lucro individualizante e concentrador.
- d) uma estratégia a partir dos subalternizados, e não dos incluídos nos benefícios do lucro e da condição de estratos médios da sociedade, de possibilidade de mudança a longo prazo do panorama atual de descrença

absoluta no ser humano e na sua capacidade de reflexão, mobilização e viabilização de novos projetos e utopias.

Resta claro, portanto, que esse tipo de empreendimento preconiza o acesso à geração de renda por meio da produção, da comercialização dos produtos e em especial, de uma experiência em gestão coletiva. Outrossim, corrobora para a inclusão dos que dele fazem parte.

A economia solidária, ainda que seja uma maneira produtiva, não tem o intento de romper com o modo de produção capitalista, e nem mesmo com as leis de mercado, mas sim a busca por uma inserção no mercado produtivo e consumidor de seus associados/cooperados.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Fora possível constatar a carência de dados nacionais das Economias Solidárias no país. A fim de amenizar dito problema é que no ano de 2009 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), iniciou a realização da segunda análise geral em relação aos empreendimentos de economia solidária em todo o território nacional, divulgando um Mapeamento de Economia Solidária, a fim de se criar um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies).

O Sies foi criado com a finalidade de disponibilizar informações significativas e atualizadas desses empreendimentos, em especial para fins de desenhos de programas e políticas públicas de apoio nos diversos entes federativos do país, matéria que ainda apresenta carência.

Antes de adentrar na análise qualitativa a qual este capítulo se propõe, oportuno destacar *a priori*, como brilhantemente faz Gaiger (2014, p. 83) duas das características desses tipos de empreendimentos, e que destoam de um empreendimento capitalista:

a) eles desenvolvem múltiplas atividades econômicas simultâneas, relacionadas por vezes a finalidades não econômicas em sentido estrito;

b) eles apresentam considerável complexidade em termos de estrutura e funcionamento, nos quais combinam atividades coletivas e individuais com diferentes graus de importância para seus associados.

Na mesma linha temos Pamplona (2003) que, ao auferir sobre os aspectos tidos de sucesso em uma economia solidária, defende que a viabilidade de um empreendimento solidário não deve se basear unicamente na dimensão econômica destes, ou seja, em sua análise de lucro e patrimônio líquido. Além disso, seu sucesso deve ser calcado em uma análise que permeie “aspectos econômicos, humanos e comunitários”, assim como “de qualificação profissional, aumento da autoestima, melhora no sentimento de bem-estar individual e familiar, jornada de trabalho mais flexível e adaptada a

certas necessidades dos associados, maior participação na vida comunitária e política, entre outros”.

Feitas essas considerações, partir-se-á a análise dos dados.

Números do último Sies (2016) mostram a quantidade de EES por atividade e sua participação em relação ao total, como segue tabela 01:

Tabela 01 - EES por atividade econômica principal

Atividades dos EES	Total	%
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20,1
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Poupança, crédito e/ou finanças solidárias	328	1,7
Total	19.708	100

Fonte: Banco de dados do Sies (2016).

O primeiro mapeamento da economia solidária constatou que ela era formada por 21.859 “empreendimentos”, reunindo um total de 1.687.496 participantes - destes, 37% são mulheres e 63% homens, número em significativo crescimento de acordo com a pesquisa, o que corrobora a

afirmativa que a economia solidária já possuía uma representatividade consistente (SIES, 2007).

Em relação a distribuição regional, constatou-se que a maior parte dos EES estão localizados na região Nordeste: 40,8% do total; nas regiões Sul, Sudeste e Norte apresentaram 16%, e o Centro-Oeste concentra o menor percentual, 10,3%.

Analisando-se o Sies anterior (2007), se constata não ter havido uma significativa alteração em relação às EES por região, sendo possível verificar que o Nordeste caiu de 43,5% para 40,8%; e Norte, que subiu de 12% para 15,9%.

Conquanto a área de atuação das EES nos municípios do país, o Sies (2016) apontou que 54,8% atuam em áreas rurais; 34,8% em áreas urbanas e 10,4% possuem atuação simultânea (tanto em áreas rurais quanto em urbanas).

Em relação à atividade, o meio rural destaca-se também pela alta proporção dos EES que desenvolvem atividades de consumo (85%), troca (65%), finanças (62%) e produção (52%). Já o meio urbano apresenta maior proporção entre os EES de prestação de serviços (64%) e de comercialização (48%).

Dos EES mapeados pelo Sies (2016), as formas identificadas são quatro: associações (60%), cooperativas (8,8%), grupos informais (30,5%) e sociedades mercantis (menos de 1%).

Ditos números demonstram o elevado grau de dificuldade dos empreendimentos do tipo solidários, se considerado que as associações são formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial, mas geralmente escolhida pela sua simplicidade jurídica.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito as dificuldades econômicas enfrentadas pelas EES mapeadas. 67% dos empreendimentos afirmou não ter realizado empréstimo nos últimos 12 meses anteriores a

pesquisa, contra 32,3% que realizou algum tipo de investimento, sendo os mais comuns: a compra de equipamentos, gastos com infraestrutura física de instalação e ampliação do estoque de matérias-primas.

Dos que precisaram de linha de crédito, apenas 23,3% buscaram alguma linha de crédito, e desse total, 11,1%, ou seja, apenas a metade do grupo que tentou crédito, conseguiu de fato, totalizando 2.368 casos.

A aquisição de crédito via linhas tradicionais ainda é muito comprometida, seja pela fragilidade econômica e a alta informalidade que atinge seus empreendimentos, sendo que aqueles que se encontram formalizados investirem, não conseguem potencializar sua estrutura produtiva para poderem gerar maior excedente econômico.

Os EES mapeados pelo último Sies (2016) demonstraram como motivação os mais diferentes vieses: econômico, social, cultural e territorial. Assim, as principais respostas sobre o assunto foram as seguintes:

- a) Obter uma fonte complementar à renda da família;
- b) Alternativa ao desemprego;
- c) Obter maiores ganhos com um empreendimento coletivo;
- d) Estar em uma atividade onde todos são donos; e
- e) Auxiliar no desenvolvimento comunitário.

A pesquisa ainda apontou outro dado que merece atenção: estão envolvidos nesses EES: 1.423.631 pessoas associadas, o que demonstra que tais iniciativas englobam um contingente considerável de trabalhadores em todo o território nacional. Para Ribeiro e Muylder (2014) essa informação é de grande relevância, uma vez que a capacidade de trabalho é a principal fonte de sustentação das experiências de economia solidária.

Já no tocante ao gênero, fora constatado que a maioria do quadro social desses EES é do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total) contra 620.258 do sexo feminino (43,6%), representando uma média de 41 homens e 32 mulheres

por EES, contrariando os dados teóricos iniciais aqui levantados em nosso trabalho.

Em relação à dimensão socioeconômica, esse último Sies apontou que o rendimento mensal médio dos EES foi de R\$ 28.800,85, sendo que 45,8% afirmou que a renda obtida é a fonte principal para os sócios que lá trabalham e 43%, que a renda serve como complementação de outras atividades.

Por fim, a pesquisa Sies (2016) questionou sobre a percepção dos empreendedores em relação às principais conquistas adquiridas com a EES, havendo ressalva a integração do grupo por meio do trabalho coletivo, e em seguida a questão da geração de renda, assim como autogestão e exercício da democracia, envolvimento com a comunidade local e o maior comprometimento dos sócios, além da maior proteção social aos associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou claro que as EES são empreendimentos que visam compartilhar com os participantes todos os resultados econômicos, políticos e culturais adquiridos, contradizendo a lógica capitalista, também por se oporem à exploração do trabalho e dos recursos naturais, mas consideram o ser humano na sua integralidade, independentemente de raça, gênero e posição social, como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Ademais, foi possível analisar a quantidade expressiva de EES espalhados pelo país, com igualmente considerável número de associados (força de trabalho). Outrossim, que as economias do tipo solidárias têm o acesso à geração de renda por meio da produção, da comercialização dos produtos e em especial, de uma experiência em gestão coletiva, assim como uma maior proteção social aos associados, as suas maiores inspirações.

E, ainda que algumas EES não tenham expressivo ganho, ficou claro que podem ser um meio de complementação da renda familiar (não sendo descartados os casos que seja o meio de trabalho que fornece a renda principal), mas certamente tratar-se-á de meio de reprodução social de milhares de famílias no Brasil.

Mas a economia solidária, ainda que seja uma maneira produtiva, não tem a intenção de romper com o modo de produção capitalista, e nem mesmo com as leis de mercado, mas sim a busca por uma inserção no mercado produtivo e consumidor de seus associados/cooperados, sem deixar de lado os benefícios sociais que atribui aos seus participantes que, em geral, se atuantes apenas no meio capitalista, viveriam a margem da sociedade.

O que faltam são políticas públicas voltadas para atender/ajudar os empreendimentos solidários, a fim de agregar maior valor a sua mão de obra, assim como uma melhor escolha, frente a incentivos fiscais, do tipo de empreendimento aberto (formalização) e maior acesso ao crédito, para que mais EES possam ser criadas e, as já existentes, sejam aprimoradas.

REFERÊNCIAS

AMARO, R. A Economia Solidária da Macaronésia – um novo conceito. **Revista de economia solidária**, ACEESA, 2009.

BALTAR, P. E. de A. DEDECCA E W. HENRIQUE. Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. Pp. 55-108. In: OLIVEIRA, C. A. B. de; MATTOSO, J. E. L. (eds.). **Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta Editora, 2006.

BARBOSA, R. N. C., Economia Solidária: estratégia de governo no contexto de desregulamentação social do trabalho. In M. O. S. SILVA & M. C. YAZBEK. (org.) **políticas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTRO, C. H. et al. O clube de trocas de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.). **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CATTANI, Antônio David. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto C. ; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FERRAZ, D.L.S; DIAS, P. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Organização & Sociedade**, vol. 5, n 46, p. 99-117, julho/setembro 2008.

GAIGER, Luiz Inácio G. (2002). **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em: www.ercosol.org.br. Acesso em: fav. 2019.

_____. **A economia solidária no Brasil: uma análise dos dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, F. Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás. In: MELLO, S. L. de (Org.). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

HOUTART, François. **A economia solidária em seu contexto global**. In: Ciências Sociais, Unisinos, v. 37, n. 159, p. 11-25, 2001.

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 84, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2009.

_____.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: GATTANI, A. S.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PANDELÓ, FERNANDO RODRIGUES. **Socialismo, cooperativismo e economia solidária no pensamento de Paul Singer**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Desemprego em 2018**. Disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/pnad/2018>. Acesso em junho de 2019.

POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RBA, Rede Brasil Atual. **Com autogestão, economia solidária já representa 1% do PIB no Brasil**, 2015. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/08/economia-solidaria-ja-representa-1-do-pib-no-brasil-3696/>. Acesso em maio de 2019.

RIBEIRO, S. D.; MUYLDER, C. F. Economia solidária: em busca dos elementos essenciais de sustentabilidade e solidariedade. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 21, n. 71, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Porto: Afrontamento. 11-19, 2004.

SIES. **Análise dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil**, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7424/1/td_2271.pdf. Acesso em maio de 2019.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária**. 2014. Disponível em: . Acessado em: junho de 2019.